



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 702/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal;

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”.

Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que “regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”.

Lei Federal nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS”.

Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências”.

Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que “institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências”.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências.

As Leis Federais nº 10.257/2001, nº 11.124/2005 e nº 13.465/2017 apareciam mais de uma vez no material e, portanto, foram mantidas uma única vez.

Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que “dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”.

Lei Estadual nº 9.866, de 28 de novembro de 1997, que “dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências”.

Lei Estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006, que “define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga”.

Lei Estadual nº 13.579, de 13 de julho de 2009, que “define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings – APRM-B, e dá outras providências correlatas”.

Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que “institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC”.

Lei Municipal nº 10.105, de 2 de setembro de 1986, que dispõe sobre a concessão de licença para construção de moradia econômica, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.273, de 12 de novembro de 1992, que altera a Lei nº 9.747, de 25 de outubro de 1984, que dispõe sobre desdobro econômico.

Lei Municipal nº 11.632, de 22 de julho de 1994, que dispõe sobre o estabelecimento de uma política integrada de habitação, voltada à população de baixa renda; autoriza a instituição, junto à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP, do Fundo Municipal de Habitação; cria o Conselho do Fundo Municipal de Habitação, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.945, de 4 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a criação do Conselho de Intervenção e Recuperação dos Cortiços – CIRC, e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 10.928, de 8 de janeiro de 1991. Declarada inconstitucional, conforme consta do material fornecido.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 13.425, de 2 de setembro de 2002, que regulamenta o artigo 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.433, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, autoriza o Executivo a celebrar convênios e termos de parceria, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.509, de 10 de janeiro de 2003, que altera a Lei Municipal nº 11.632/1994.

Lei Municipal nº 13.736, de 13 de janeiro de 2004, que cria incentivos para a aquisição de imóveis destinados aos programas habitacionais do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.770, de 29 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal que priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social.

Lei Municipal nº 14.198, de 1º de setembro de 2006, que dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para idosos e deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.475, de 11 de julho de 2007, que obriga a publicação em pelo menos dois jornais de grande circulação da abertura de inscrição para aquisição ou locação de qualquer modalidade de habitação popular, promovida pela Prefeitura do Município de São Paulo e pela Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.478, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre recebimento e depósito de sobras de materiais de construção para doação a pessoas e entidades beneficentes ou habitacionais.

Lei Municipal nº 14.652, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as concessões e permissões de uso de áreas municipais, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que “institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo”.

Lei Municipal nº 15.234, de 1º de julho de 2010, que institui, nos termos do art. 182, § 4º, da Constituição Federal, os instrumentos para o cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.360, de 14 de março de 2011, que altera a legislação tributária que especifica para conceder benefícios voltados aos empreendimentos habitacionais incluídos no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 15.720, de 24 de abril de 2013, que regulamenta a Regularização Fundiária de Interesse Social no Município de São Paulo, de acordo com a Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Lei Municipal nº 15.913, de 16 de dezembro de 2013, que institui o Programa de Atendimento à População em Situação de Rua integrado com os benefícios de atendimento habitacional e de saúde.

Lei Municipal nº 16.006, de 4 de junho de 2014, que autoriza o Executivo a aportar recursos financeiros, a fundo perdido, para complementação do subsídio destinado ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, objetivando, em parceria com o Governo Federal, ampliar a oferta de moradias à população de baixa renda, nas condições que especifica.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que “aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002”.

Lei Municipal nº 16.056, de 8 de agosto de 2014, que institui as Diretrizes Básicas para a Readequação e o Reaproveitamento de Edificações Verticais de Interesse Social no Município de São Paulo, e dá outras providências. Conforme o material fornecido, foi declarada parcialmente inconstitucional.

Lei Municipal nº 16.127, de 12 de março de 2015, que concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS aos serviços prestados nas áreas que especifica, inclusive habitação de interesse social, nos termos e condições que especifica.

Lei Municipal nº 16.237, de 14 de julho de 2015, que dispõe sobre o atendimento das exigências de destinação de área construída em ZEIS, nos termos do art. 55 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

Lei Municipal nº 16.377, de 1º de fevereiro de 2016, que regulamenta o Consórcio Imobiliário de Interesse Social previsto nos arts. 46 e 47 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e no art. 102 do Plano Diretor Estratégico.

Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).

Lei Municipal nº 16.544, de 20 de setembro de 2016, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Mobilização e Luta por Habitação de Interesse Social – HIS, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.587, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a autogestão na moradia, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013.

Lei Municipal nº 16.735, de 1º de novembro de 2017, que institui o Programa Casa Paulistana e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.737, de 1º de novembro de 2017, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Semana Municipal para Conscientização e Prevenção contra Desastres Associados a Fenômenos Naturais e à Ocupação Urbana, a ocorrer anualmente na segunda semana do mês de outubro, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.774, de 27 de dezembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a doar áreas de propriedade municipal ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, representado pela Caixa Econômica Federal, para fins de construção de moradias destinadas à alienação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

Lei Municipal nº 16.803, de 17 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a regularização fundiária dos empreendimentos habitacionais promovidos pelo Poder Público no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.824, de 6 de fevereiro de 2018, que autoriza a criação do Banco Municipal de Materiais de Construção e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.579, de 26 de julho de 2021 — dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de abrigo emergencial e de auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência.

Lei Municipal nº 17.638, de 9 de setembro de 2021, que “disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização”.

Lei Municipal nº 17.859, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana de edificações, loteamentos e conjuntos/empreendimentos habitacionais implantados para fins de provisão de habitação de interesse social produzidos diretamente pelo Município, pelo Estado de São Paulo ou pela União, bem como por intermédio de concessões, parcerias público-privadas e convênios congêneres e sobre procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções em assentamentos urbanos de interesse social.

Lei Municipal nº 17.871, de 27 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal da Habitação de Interesse Social.

Lei Municipal nº 17.875, de 29 de dezembro de 2022, que remite créditos de IPTU para os imóveis que especifica, anistia infrações e altera a legislação tributária municipal que especifica, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 17.906, de 11 de janeiro de 2023, que institui o Programa Morar Melhor na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.965, de 19 de junho de 2023, que aprova Projeto de Intervenção Urbana para o perímetro do Arco Jurubatuba, em atendimento ao inciso III do § 3º do art. 76 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e cria as Áreas de Intervenção Urbana Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos.

Lei Municipal nº 17.968, de 20 de junho de 2023, que estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e mecanismos para a implantação do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina-Villa Lobos e cria a Área de Intervenção Urbana correspondente.

Lei Municipal nº 17.975, de 8 de julho de 2023, que “dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º”.

Lei Municipal nº 18.079, de 11 de janeiro de 2024, que aprova o Projeto de Intervenção Urbana para o perímetro do Arco Tamanduateí; institui a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí; define parâmetros de uso e ocupação do solo para o território e o correspondente Programa de Intervenções.

Lei Municipal nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as alterações decorrentes da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 – Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.156, de 17 de julho de 2024, que altera a Lei nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, que aprovou o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central – PIU-SCE, instituiu e regulamentou a Área de Intervenção Urbana do Setor Central – AIU-SCE, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para áreas específicas, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.157, de 17 de julho de 2024, que altera o Mapa 5 e o Quadro 7, anexos à Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, revisada pela Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, para incluir os Parques Municipais do Bixiga e Banespa, dá nova redação ao § 10 do art. 79 e amplia o perímetro do TICP Bixiga.

Lei Municipal nº 18.174, de 25 de julho de 2024, que aprova a etapa de encerramento da Lei nº 13.260, de 28 de dezembro de 2001, relativa à Operação Urbana Consorciada Água Espreiada.

Lei Municipal nº 18.175, de 25 de julho de 2024, que dispõe sobre a introdução, na Operação Urbana Consorciada Faria Lima, de dispositivos criados pela legislação urbanística municipal e sobre a criação de perímetro expandido para incluir o Complexo de Paraisópolis.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 18.177, de 25 de julho de 2024, que compatibiliza a redação do art. 2º da Lei nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024, para tornar expressa a metodologia aplicada ao Mapa I, adequa legendas do Mapa I e a redação de outros dispositivos constantes da Lei nº 18.081/2024.

Lei Municipal nº 18.209, de 20 de dezembro de 2024, que dispõe sobre alteração do Mapa 2 constante do art. 383, inciso I, da Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, estabelece o órgão competente para a definição da área beneficiária de compensação ambiental e altera dispositivos da legislação urbanística municipal.

Lei Municipal nº 18.212, de 27 de dezembro de 2024, que acrescenta dispositivos às leis que especifica para permitir que a execução das intervenções para provisão de Habitação de Interesse Social – HIS previstas na legislação específica seja feita pelo Programa Pode Entrar – Aquisição, disciplinado na Lei nº 17.638, de 9 de setembro de 2021.

Lei Municipal nº 18.219, de 27 de dezembro de 2024, que introduz alterações na Lei nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, relativa ao Plano de Intervenção Urbana do Setor Central – PIU-SCE.

Lei Municipal nº 18.222, de 27 de dezembro de 2024, que aprova o Plano de Intervenção Urbana para o território do Arco Pinheiros, em atendimento ao inciso IV do § 3º do art. 76 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – PDE, e cria a Área de Intervenção Urbana Arco Pinheiros.

PL 702/2026 – Dispõe sobre concessão de auxílio-aluguel a moradores em áreas de Parques – existente ou projetado, bem como áreas vulneráveis ambientalmente no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 667/2026 – Altera a Lei nº 17.320, de 18 de março de 2020, para estabelecer o valor mínimo do auxílio-aluguel destinado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

PL 402/2026 – Dispõe sobre o valor a ser pago a título de auxílio-aluguel no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 325/2026 – Estabelece piso mínimo para o benefício de provisão habitacional temporária, na modalidade auxílio-aluguel, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 293/2026 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de direcionamento para atendimento habitacional definitivo de famílias que forem vítimas de desastres naturais ou acidentes provocados por ação ou omissão humana e dá outras providências.

PL 138/2026 – Dispõe sobre a prioridade e a flexibilização de requisitos para inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos programas habitacionais e de assentamento de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1529/2025 – Institui Diretrizes para a formulação e a implementação de Protocolo de Atenção Integral a pessoas em situação de risco e desastres decorrentes da emergência climática.

PL 960/2025 – Altera a Lei nº 18.210, de 26 de dezembro de 2024, para incluir a obrigatoriedade de fornecimento de mobiliário, eletrodomésticos e utensílios básicos de uso residencial aos beneficiários do Auxílio Reencontro Moradia.

PL 830/2025 – Altera a Lei nº 17.320, de 2020, que dispõe sobre concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 318/2025 – Dispõe sobre a Unificação dos Benefícios Sociais da Prefeitura de São Paulo e dá outras providências.

PL 345/2024 – Institui o “Programa Bolsa Auxílio” para assegurar o autossustento e a inserção social, bem como acompanhar e apoiar o processo de desligamento dos adolescentes e jovens em situação de acolhimento, e dá outras providências. A proposição aparece na pauta de primeira discussão.

PL 574/2023 – Institui a Política Municipal de Enfrentamento ao Feminicídio e de Combate a Toda Forma de Violência contra as Mulheres no Município de São Paulo.

PL 220/2023 – Dispõe sobre o índice de reajuste anual dos programas de apoio habitacional, obrigando o reajuste anual do Auxílio Aluguel. O projeto recebeu parecer pela legalidade e posteriormente foi submetido à primeira discussão.

PL 584/2022 – Estabelece medidas para enfrentamento ao trabalho em condições análogas à de escravo no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 60/2022 – Dispõe sobre a compensação financeira a ser paga pelo Município de São Paulo aos atingidos por desastres, e demais providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 14 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068